

O SURGIMENTO DAS CIDADES NA BAIXA IDADE MÉDIA OCIDENTAL: ORIGENS, ORGANIZAÇÃO E HIGIENE

Data de aceite: 02/01/2024

Gessica de Brito Bueno

Mestranda em História, cultura e narrativa (UEM) e Bolsista Capes- (UEM), graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá-UEM, 2023.

Programa de Pós-Graduação em História-UEM

Maringá-PR

<http://lattes.cnpq.br/6348036602304108>

Eduardo Mangolim Brandani da Silva

Doutorando em História, Cultura e Narrativas (Universidade Estadual de Maringá-UEM), mestre em História, Cultura e Narrativas pela (UEM) 2023.

Programa de Pós-Graduação em História-UEM

Maringá-PR

<http://lattes.cnpq.br/0826321713568749>

Rodrigo Perles Dantas

Doutorando em História, cultura e narrativa (Universidade Estadual de Maringá-UEM), mestre em História, Cultura e Narrativas UEM) 2022.

Programa de Pós-Graduação em História-UEM

Maringá-PR

<http://lattes.cnpq.br/5088987261503996>

Christian Fausto Moraes dos Santos

Docente permanente na Universidade Estadual de Maringá- UEM; graduado em História, mestrado em Geografia-UEM, doutorado em Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz, pós-doutorado em História da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais, atualmente, é professor doutor associado da Universidade Estadual de Maringá (UEM), atuando no curso de graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em História Professor no Programa de Pós-Graduação em História-UEM

Maringá-PR

<http://lattes.cnpq.br/5914025585832203>

RESUMO: No tangenciar entre as concepções norte-americana, francesa, britânica e holandesa, a respeito da história urbana como objeto histórico, esse artigo buscou apresentar o entendimento de diferentes teóricos acerca do surgimento das cidades durante a Baixa Idade Média, as classificações e categorias historiográficas mais comuns para falar sobre o objeto cidade, bem como acerca da higiene na nesse período. Quanto a metodologia, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa de

caráter bibliográfico e uma posterior análise do conteúdo. O artigo concluiu que, levando em consideração as afirmações de Paul Hohenberg, muitas das respostas sobre o nascimento das cidades europeias contemporâneas estão no período medieval, não no período industrial moderno e os documentos que podem oferecer informações acerca das cidades, no Sul e Leste da Europa, são os primeiros mapas, desenhos e registros arqueológicos que permitem a reconstrução detalhada dos espaços urbanos, onde de acordo com Florent Garnier, o conceito de cidade é como algo que funda sua própria individualidade. Além disso, compreendeu-se que as práticas de saúde e de higiene foram sendo compiladas em meio à Regimes de Saúde que serviam como guias para os físicos e médicos.

PAAVRAS-CHAVE: Baixa Idade Média; Cidades; Historiografia; Higiene.

ABSTRACT: In the tangent between the North American, French, British and Dutch conceptions, regarding urban history as a historical object, this article sought to present the understanding of different theorists about the emergence of cities during the Lower Middle Ages, as well as the most common historiographical classifications and categories to talk about the city object. As for the methodology, a qualitative bibliographic research was developed and a subsequent content analysis. The article concluded that, taking into account the statements of Paul Hohenberg, many of the answers about the birth of contemporary European cities are in the medieval period, not in the modern industrial period and the documents that can offer information about cities in Southern and Eastern Europe are the first maps, drawings and archaeological records that allow the detailed reconstruction of urban spaces, where according to Florent Garnier, the concept of city is like something that founds its own individuality. In addition, it was understood that health and hygiene practices were being compiled in the midst of Health Regimes that served as guides for physicists and doctors.

KEYWORDS: Early Middle Ages; Cities; Historiography; Hygiene.

INTRODUÇÃO

Considerando que o objeto de análise desse artigo é a história urbana ocidental, no âmbito do surgimento das cidades na baixa Idade Média, com certo foco nas cidades francesas, como objeto histórico, será apresentado os autores e obras trabalhados nas aulas de Tópicos especiais em cultura II e muitos outros que contribuíram, em alguma medida, com a discussão, com o intuito de compreender esses objetos expondo seus conceitos, as características principais e o contexto social de onde surgiram esses termos.

Serão abordadas as classificações e categorias historiográficas mais comuns para falar sobre o objeto cidade, quais os esquemas representativos usados e qual a imagem da cidade na historiografia, a fim de explicar alguns problemas que foram apontados quando os teóricos buscaram compreender o surgimento das cidades e a ideia de urbano, assim como o conceito de higiene durante a baixa Idade Média.

Por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e uma posterior análise do conteúdo, buscamos compreender, explicitar e discutir no primeiro bloco sobre o surgimento das cidades durante a Baixa Idade Média ocidental, buscando depreender

esses assuntos a partir da bibliografia produzida sobre esse tema, bem como, no segundo bloco buscamos elucidar como as práticas de saúde e higiene foram surgindo nesse período.

A CIDADE E A HISTÓRIA URBANA OCIDENTAL NA BAIXA IDADE MÉDIA

Começamos pelo capítulo intitulado “Wrestling with the Angle: On Problems of Definition in Urban Historiography” (2001) de Harry Jansen encontrado no artigo “*The Construction of an Urban Past Narrative and System in Urban History*”, “ tradução: A construção de uma narrativa e sistema do passado urbano na história urbana” onde ele discute acerca dos problemas de definição de historiografia urbana, em que ele questiona como os historiadores devem definir a cidade como objeto de estudo histórico. A edição inglês-americana de *The City*, de Weber, fez questionamentos, como o fato de que é possível encontrar textos da cidade, principalmente a respeito do princípio informativo que cria a própria cidade (Jensen, 2001).

De acordo com historiador urbano britânico Dyon a história urbana não é uma disciplina, nem mesmo é um campo claro, deve ser encarada como uma estratégia operacional, a compreensão de Dyon parece implicar uma certa metodologia. Na Holanda, a discussão sobre História Urbana como uma subdisciplina da história social e econômica é mais sobre a definição do que sobre metodologia. O historiador holandês Pim Kooij vê a cidade como um lugar central multifuncional que funciona como um centro para uma área agrária circundante e que seu quadro tem ligação com outros lugares centrais. A história urbana aqui é vista como uma disciplina separada, visto que, o ‘urbano’ pode receber um significado específico (Jensen, 2001).

Apesar dessas definições a História Urbana pode ser vista de várias perspectivas, a definição de Kooij é clara, mas é restrita, ele se alia a uma tradição americana de “historiadores urbanos” cujos temas de pesquisa foram amplamente orquestrados pelo professor de História Eric E. Lampard. Essa avaliação enxerga as cidades como subsistemas de sistemas mais abrangentes, que envolvem redes urbanas e padrões de relações campo-cidade. Ao se aliar a essa abordagem ‘lampardiana’ ele exclui o que chama de método ‘biográfico’ de pesquisa histórico-urbana, a tradição de pesquisa na qual cidades e vilas são retratadas como unidades arredondadas, cada um em seu próprio caráter e até vontade própria, ele considera essa abordagem ultrapassada, mesmo que muitos historiadores ainda a utilizem (Jensen, 2001).

Dois núcleos conceituais podem ser encontrados na pesquisa histórica urbana, ambos que cumpram os requisitos descritos acima, na primeira encontramos a visão mais tradicional, biográfica, algo fechada e acionista, em que a cidade é concebida como uma variável independente. Na outra concepção mais moderna, aberta e comportamental, a cidade é interpretada como uma variável dependente. Essas duas concepções centrais

podem ser consideradas como os pilares da subdisciplina 'história urbana', mas elas precisam ser cuidadosamente diferenciadas, se não forem haverá confusão (Jensen, 2001).

Jensen (2001) atribui a Braudel a existência das raízes marxistas na compreensão de cidade, chamando de a confusão de Braudel, isso devido ao fato de Marx ter relacionado a transição da barbárie para a civilização com o surgimento de uma distinção entre cidade e campo. Marx parece apresentar uma definição dicotômica da cidade, baseada em um contraste com o campo, que se expressa de duas maneiras: Primeiro ele escreve que a cidade é uma concentração de pessoas, meios de produção, capital, necessidades e prazer e esse funcionamento contrasta com o campo (Jensen, 2001).

Em segundo lugar, ele escreve que a cidade é o resultado da formação da comunidade, ele também chama as cidades de Vereine (sindicatos) um termo que na época significava uma associação voluntária de indivíduos, segundo ele a cidade funciona como um centro de governo, com policiamento e arrecadação de impostos. De fato, Jensen (2001) alerta para essas conclusões de Marx, mas essa é apenas uma concepção dentre muitas, embora muitos historiadores concordem com Marx, isso porque a própria noção de civilização tem uma forte conotação urbana/burguesa, Henri Lefebvre conclui daí que Marx atribui à cidade o papel que Hegel deu ao Estado (Jensen, 2001).

Além dos escritos de Jensen (2001) outro trabalho que explora acerca do conceito de cidade e identidade urbana é o capítulo intitulado "*Livres de comptes, memoire et identité urbaines dans le Midi de la France au Moyen Âge*, Tradução: Livros de contabilidade, memória e identidades urbanas no Sul da França na Idade Média" (2014) escrito por Florent Garnier situado na obra chamada "*Les identités urbaines au Moyen Âge: regards sur les villes du Midi français*" de Patrick Gilli e Enrica Salvatori.

Garnier (2014) apresenta o conceito de identidade a partir do dicionário da Academia francesa, escreve que se refere ao "caráter daquilo que em um ser permanece idêntico, permanente e funda sua individualidade", mas também ao significado jurídico com "a personalidade civil de um indivíduo, legalmente reconhecida ou estabelecida, estabelecida por diferentes elementos do estado civil e pela sua descrição" (Garnier, 2014, p. 21, In: Gilli e Salvatori, 2014).

O autor explica esse conceito para partir para o conceito de "identidade urbana", na avaliação feita por Bernard Chvalier em 1991 não há menção a ela na definição de cidade medieval. A prática do poder confrontada com os textos normativos de Bourges, Poitiers e Tours em meados do século XV permitiu detectar o aparecimento de "novas identidades urbanas" em relação ao aumento da participação dos órgãos da cidade. O interesse centrou-se na elite dirigente, componente ativo da cidade para analisar o processo de construção de uma identidade e repensar a ausência de manifestações do indivíduo na sociedade medieval (Garnier, 2014, In: Gilli e Salvatori, 2014).

A análise institucional urbana na França desenvolveu-se a partir da abordagem de Augustin Thierry na primeira metade do século XIX, que fez a distinção entre cidades

consulares, cidades sindicais ou reitorias e cidades comunais, a partir do estudo do vocabulário jurídico confrontado com a prática, a historiografia tem reconsiderado mais particularmente a realidade do fenômeno institucional urbana, onde os estudos de André Gouron e Pierre Michaud-Quantin muito contribuíram para a renovação da análise (Garnier, 2014, In: Gilli e Salvatori, 2014).

De acordo com os autores, uma melhor compreensão da formação da identidade urbana depende da consideração dos atores que participaram neste movimento de afirmação, às manifestações mais ou menos conflituosas desta construção e ao meio em que se expressa. Primeiro, há variações no tempo, no ritmo e nas manifestações da formação da identidade da comunidade. Para um grupo urbano, trata-se de afirmar-se em relação a outro poder questionando a sua legitimidade e procurando obter liberdades para conseguir libertar-se, parcial ou totalmente, das relações feudais e senhoriais. De acordo com Paul Ricoeur vários índices permitem apreender a cidade medieval reconhecida como *universitas* como “o conjunto de disposições duradouras pelas quais [a] reconhecemos” (Garnier, 2014, In: Gilli e Salvatori, 2014).

Em “*Introduction: urbanization in perspective*” na obra intitulada “*The making of urban Europe, 1000-1950 (1985)*” dos autores Paul Hohenberg e Lynn H. Lees, os autores explicam que a Europa se tornou urbana em um único milênio, mil anos atrás os poucos habitantes das cidades ao norte e oeste do território muçulmano e bizantino tinham um lugar limitado na ordem social da época. A maioria das grandes cidades hoje na Europa foram fundadas antes de 1300, portanto, estudar o desenvolvimento da Europa urbana requer um longo olhar para trás no tempo, muitas das respostas sobre o nascimento das cidades europeias contemporâneas estão no período medieval, não no período industrial moderno (Hohenberg e Lees, 1985).

Um exemplo que os autores dão é de Viena, que ficava em um ponto importante de passagem no Danúbio, ela se tornou uma cidade fortificada e um mercado no início do século XII. Foi um importante centro comercial para comerciantes do Sul e Leste da Europa, ela cresceu em importância política com sua escolha como residência pelos Babenberg. Não é necessário especular sobre reis e guerreiros quando fica claro que um determinado governante fundou uma cidade, os documentos que podem nos oferecer informações acerca das cidades são os primeiros mapas e desenhos, pois eles, às vezes, complementam o registro arqueológico, permitindo uma reconstrução detalhada dos espaços urbanos (Hohenberg e Lees, 1985).

Outro interesse que guia o estudo da urbanização está nas atividades que ocorrem nas cidades, particularmente nas econômicas e processos demográficos que caracterizam as populações urbanas. As cidades são vistas como locais de ações de grande escala, como links na circulação de pessoas e mercadorias. Em terceiro lugar a erudição urbana surge de uma consciência das consequências sociais da vida urbana, as cidades fomentam o crime, a alienação e o desvio? Eles incentivam a independência, a diversidade e a

iniciativa? Muitos responderiam sim a uma e mesmo todas as perguntas. Independente das respostas, os pesquisadores afirmam que as cidades são fundamentais na formação de estilos de vida e da vida mental de seus habitantes (Hohenberg e Lees, 1985).

As tradições e terríveis crises de cidades e vilas individuais ajudam na compreensão das cidades, mas os autores elencam processos maiores no trabalho e relações que evoluíram entre cidades e entidades políticas ao seu redor. Como um exemplo do funcionamento de um Sistema de Rede, Hohenber e Lees (1985) consideram o Bordéus (Bordeaux), dando o devido valor a essas atividades, as razões de seu crescimento ou estagnação, pois não se pode olhar apenas para a cidade ou apenas para o seu papel como capital de uma região do Sudoeste da França, o Bordeaux tem sido um elo importante nas redes comerciais internacionais ao longo das quais o vinho flui, claro, mas também grãos, peixe, madeira, açúcar e óleo (Hohenberg e Lees, 1985).

No subcapítulo intitulado “A cidade moderna na França: ensaio de história imediata” de Bernard Lepetit, que se encontra em seu livro “Por uma nova história urbana” (2016), o autor começa apresentando os pontos em comum entre as descrições historiográficas e os guias de viagem, o historiador e o cicerone, pois ambos realizam uma espécie de processo de mediação cultural que ocorre entre o visitante estrangeiro e uma sociedade local (Lepetit, 2016).

De acordo com Bernard Lepetit (2016) para não correr o risco de assumir uma postura de somente descrever o que compõe a história urbana, ele adotou dois critérios, por um lado seleciona as bibliografias sobre o tema, menos por sua representatividade do que por sua capacidade demonstrativa, por outro, deu preferência a pesquisas marginais, indo na contramão da história urbana moderna francesa que já era estritamente definida (Lepetit, 2016).

A história imediata é seu foco, tendo em vista os progressos historiográficos que a marcaram no final dos anos de 1980, o autor se serve de três obras que buscaram abordar a questão urbana de forma analítica em três campos, a economia, a sociedade e a cultura (Lepetit, 2016). O primeiro livro de Simona Cerutti estuda as corporações de ofícios em Turim nos séculos XVII e XVIII, ela apresenta em que contexto os atores dão vida e sentido a agrupamentos e diferenciações, iniciando o surgimento dessas corporações, como eles decidiram se unir, estando a pouco tempo atrás em experiências diferentes, se reconhecendo a partir desse momento por meio de uma identidade social (Lepetit, 2016).

A segunda obra de Jacques-Louis Ménétra (1982) que discorre na primavera de 1750, em Paris, a discussão está em torno da lógica das revoltas, o autor pretende reconhecer qual era o saber social e como ocorreu seu processo de materialização. O último livro citado por Bernard Lepetit (2016) retratou o período anterior à revolução da indústria e dos transportes ferroviários, buscando a noção de sistema urbano, segundo o autor, uma cidade retira o essencial de sua subsistência do espaço que a circunda, mesmo que uma cidade não tivesse nenhuma relação com a outra, seus funcionamentos são

interdependentes, a questão é entender como as cidades evoluíram em sua organização em uma formação econômica como as corporações, a resposta pode estar na realização de novos recursos, seja na política viária, seja nos recursos advindos dos efeitos sociais da Revolução (Lepetit, 2016).

No texto de Richard Rodger intitulado “*Urban History: prospect and retrospecto*” (1992) ele apresenta que a revista *Urban History* é diferente da dos anos de 1960, a história urbana ofereceu uma saída para a história econômica por vários matizes da história social. Antes dos anos 60 era possível consultar obras sobre a cidade que eram relatos centenários ou comemorativos em talha dourada, foi possível perceber que houve muitas publicações o que indica um crescimento na produção de temas urbanos nas últimas décadas (Rodger, 1992).

Os especialistas urbanos se dedicavam em descrever habitações e planejamento, uso de propriedade da terra e outros temas como a morfologia e demografia, as áreas legítimas para estudo histórico que foram usadas como medidas ativas para a dimensão urbana foram os subgrupos elites, classe, família, gênero, dentre outros. Os editores da *Urban History* passaram a criar um concurso para premiar o artigo mais significativo da temporada, eles também buscaram desenvolver uma identidade entre aqueles que pesquisam sobre o desenvolvimento histórico das cidades, mas a principal preocupação girou em torno da difusão, pois pensaram que o campo poderia se tornar “manchado e desacreditado”, o Anuário de publicações poderia ser sua integridade corrompida, o perigo da fragmentação (Rodger, 1992).

No contexto britânico de Rodger (1992) a chamada História Urbana, teve, então, o papel de conter a fragmentação da História Urbana, é devido a isso que surgem as iniciativas do grupo que tinham como objetivo a ligação com a revista, portanto, era uma tentativa de aumentar o nome dos escritos, existia um esforço para ampliar e fornecer uma base institucional, isso devido ao fato de que a revista pretendia se colocar como referência nos esforços da renovação (Rodger, 1992).

Em outro capítulo intitulado “O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano” da autoria de Denis Menjot e Patrick Boucheron, encontrado na obra “As cidades no tempo” de Margarida Carvalho, Maria Lopes e Susani França, discute acerca de como a Europa se tornou urbana. Citando Robert Moore, os autores explicam que se a época medieval é o momento em que é desencadeada uma “primeira revolução europeia”, a revolução é, antes de tudo, urbana. Essas cidades se estendem para além dos limites da bacia do mediterrâneo, elas vão até o Norte e para o Leste da Europa, chegando na Rússia, criando fundações conhecidas até os dias de hoje (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

Nos quase mil anos que separam a Antiguidade da Renascença surgem no continente Europeu formações urbanas originais, onde os autores citam algumas características de seus modelos: formações que se inscrevem sobre o solo em uma topografia específica, se

imprimiram em uma sociedade estruturada se exprimindo por instituições e se traduzindo por um gênero de vida e uma cultura. No primeiro período que se estendeu até o século VIII ao início do século XI a urbanização que foi legada pela Antiguidade diversifica-se, enquanto que mundo bizantino as estruturas da cidade romana se mantêm e se adaptam, na zona conquistada pelos muçulmanos, Al-Andalus e a Sicília, nascendo uma nova civilização urbana, que elabora novos modelos de cidades (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

A comunidade urbana estrutura-se, governa-se por uma classe dominante e essa vai se instaurar progressivamente em diferentes meios de controle social, econômico, político e ideológico. Desde o século VII o Oriente grego e depois o Islã tinham sabido captar o melhor da civilização urbana legada pela Antiguidade romana, desde o impulso urbano dos séculos XI e XII o Ocidente cristão pôde reivindicar uma parte da herança antiga, segundo os autores os cavaleiros imputaram à cultura urbana a responsabilidade pela traição do espírito de cruzada, é como se existisse uma divisão entre o mundo dos cavaleiros e dos cidadãos, como se a cidade inventasse uma “outra Idade Média”, aquelas das catedrais e dos campanários, dos mercadores e dos universitários, é como se esse renascimento da civilização se impusesse à sociedade circunvizinha dos guerreiros e dos camponeses (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

Em “O século às criações urbanas” os autores apresentam que muitos historiadores encaram o surgimento das cidades como um “corpo estranho (...) uma má-formação na sociedade medieval”, era como se as cidades tivessem corroído o interior do corpo feudal, mas já no século XIII a urbanização é uma finalização de um processo plurissecular, as cidades se tornam os polos de valorização da primazia senhorial, é importante se ater ao fato de que a expansão urbana não foi um processo autônomo, sujeito a leis próprias, estranhas a sociedade circundante, elas nascem no coração de dinâmicas próprias à sociedade feudal (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

De acordo com Menjot e Boucheron (2005) a guerra é sem dúvida o principal motor do impulso e o progresso do comércio internacional, impulso das atividades artesanais, a promoção das peregrinações e as instalações dos Estados monárquicos e principescos constituem fatores dinamizadores, os próprios fronts pioneiros e as fronteiras políticas são as linhas de força dessa nova urbanização, podendo ser chamado de urbanismo conquistador ele se manifesta por uma dupla concessão, a outorga de um direito de mercado e a de um estatuto jurídico, esses dois elementos fundam a identidade de uma cidade medieval, a forma urbana é forjada ela mesma por funções econômicas e por um modo de existência política (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

Em “organização do espaço urbano e identidade cívica” Menjot e Boucheron (2005) escrevem que a morfologia dessas criações urbanas resulta de uma planificação que se traduz por planos mais simples e racionais e paisagens organizadas, mas mesmo assim devido a aplicação frouxa dos planos diretores, subsiste a adaptação ao sítio, que não

permite uma disposição quadriculada geométrica do espaço (Menjot, Boucheron, 2005, In: Carvalho, Lopes e França, 2005).

A CIDADE MEDIEVAL: ORIGENS, ORGANIZAÇÃO E HIGIENE

Diferentes centros urbanos europeus, que ainda marcam presença de existência até o tempo imediato, apresentam suas organizações datadas do período medieval. Por meio de um breve pesquisa em enciclopédias ou até mesmo por via digital é possível contemplar imagens de cidades como Berna, Carcassonne, Toledo, Rotenburg, Sighisoara, ou seja, múltiplos centros espalhados da Europa atlântica até sua margem oriental e notar que seus centros se mantêm, ao menos superficialmente, inalterados em termos de caracterização medieval.

Mesmo que esses locais tenham a disposição de seus edifícios e espaços similares ao que havia sido concebido durante o medievo, é preciso reforçar que isso mantêm apenas em termos superficiais. Isso ocorre porque a infraestrutura energética, sanitária, higiênica, produtiva e de serviços se alteraram drasticamente, se qualificando para condições do tempo presente.

Esses centros urbanos foram sofrendo remodelações e inovações de infraestrutura desde meados do século XVI. No entanto, nota-se uma guinada sanitária no século XVIII e XIX que reestruturou por completo os esgotos, avenidas e hospitais da grande maioria dos centros urbanos medievais (Corbin, 1987, p.36). Se em centros como Roma, Paris e Londres esses processos ficaram mais visíveis sob a superfície urbana, esse não foi o caso daquelas primeiras cidades citadas. Isso não se deu por um cuidado ou esmero diante desses centros urbanos. O que houve foi que nesses centros essas mudanças chegaram posteriormente, garantindo certa preservação à tais centros.

Para os historiadores do tempo presente esses espaços corroboram entendimentos sobre o cotidiano da realidade urbana medieval, assim como situam os funcionamento desses espaços. Tais investigações são corroboradas por fontes escritas de diferentes classes profissionais que escreveram sobre o espaço que viviam no decorrer do longo período de mil anos conhecido como Idade Média.

Tendo em mente os resquícios e heranças medievais que ainda marcam o retalho urbano de cidades europeias, é interessante pensar como tais centros surgiram. Quando se pensa na entrada da Idade Média, muitos indivíduos tendem a realizar um processo imagético que apaga as heranças daquilo que veio da antiguidade tardia. Isto é, imagina-se uma realidade que surge abruptamente com condições próprias e endógenas sem grandes ligações com o que havia previamente. No entanto pensar a elaboração urbana da Idade Média exige conceber a desintegração do Império romano do ocidente (Rosen, 1994, p. 51).

Muitas ocupações humanas na Europa, iniciadas no começo da Alta Idade Média

(entre 500 e 600 d.C.) de fato vieram a se tornar cidades apenas na Baixa Idade Média (após o ano 1000 d.C.). No entanto é preciso elucidar dois aspectos relevantes sobre a urbanização europeia da Alta Idade Média. A primeira delas é o fato de que a desintegração do império romano do ocidente não significou a destruição completa de seus centros urbanos. Claramente o império romano vinha passando, desde o século II d.C, por um exôdo urbano que gerou a agrarização do espaço europeu. No entanto isso não significa que suas cidades ficaram sem habitantes, mesmo que muitas delas de fato tenham caído, de fato, em ruína (Rosen, 1994, p. 51).

Cidades como Roma, Ravena e Roma se mantiveram ocupadas mesmo após as invasões bárbaras, claramente muitos hábitos e tradições se alteraram com a chegada de novas populações. No entanto elementos de infraestrutura puderam se manter (Janson e Janson, 1996, p.88-89). Traços como aquedutos, muralhas e até mesmo encanamentos de pedra para esgotos foram mantidos nesses centros. Isso significa dizer que já na entrada da Idade Média havia a presença de espaços urbanos que não podem ser ditos como meros redutos. Isso é, eram cidades de fato (Rosen, 1994, p. 51).

O segundo aspecto é mais complexo e não diz respeito necessariamente às cidades, o processo de agrarização, as invasões bárbaras e a oficialização da fé cristã por Constantino no século IV d.C., como a religião do estado romano, desencadearam um outro processo de ocupação humana, que uniu elementos urbanos e rurais. Os primeiros centros religiosos da cristandade não foram abadias ou catedrais, mas sim espaços monásticos. Esses redutos organizados por monges e clérigos se localizam geralmente fora das cidades em meio a espaços rurais e naturais (Rosen, 1994).

O processo de agrarização fez com esses espaços se tornassem locais centrais de novas ocupações humanas que se sediavam ao seu redor. Os processos de invasões de diferentes populações que vinham da parte oriental do império levou à construção de muralhas ao redor do mosteiros e de suas construções urbanas ao redor. Esses espaços podem ser pensados como redutos urbanos, mas não necessariamente como cidades pelo fato dos limites organizacionais e de complexidade de infraestrutura que possuíam (Rosen, 1994, p. 51).

A Europa do século VII se apresentava como um espaço geográfico que estava recortado por inúmeros mosteiros disseminados e com algumas poucas cidades, sendo esses seus espaços urbanos. Os mosteiros entre os séculos VII e IX foram bem relevantes como espaços de cuidados médicos e higiênicos. Esses centros preservavam noções advindas da antiguidade greco-romana e aliavam tais pressupostos a elementos cristãos. Como tais espaços se localizavam em estradas, eles foram bem relevantes enquanto instituições que ofereciam descanso aos viajantes, dispunham de recursos de “cura” e também garantiam cuidados higiênicos (Rosen, 1994, p. 54).

Nesse período conhecido como Alta Idade Média é preciso colocar o temor que havia em relação a certos elementos da natureza. A provisão para a vida era pensada

como advinda da terra. No entanto uma série de recursos eram obtidos em espaços compreendidos, aos moldes de hoje, como selvagens. A percepção era de que os indivíduos tinham de se adaptar ao espaço e não que esse era passível de grandes alterações. Havia uma sobreposição da natureza sobre o indivíduo (Aberth, 2013, p.30).

Esses centros monásticos eram inclusive pensados como locais em que se havia maior segurança diante das enfermidades disseminadas pelo mundo, essas eram compreendidas como relacionadas à elementos de fé na Alta Idade Média, no entanto é preciso destacar que haviam sinais materiais de suas presenças, a questão do odor evidencia bem esse traço. Os maus odores eram concebidos como manifestação do pecado ou de origem demoníaca (Aberth, 2013, p.10-12). Portanto havia a necessidade de cuidados que eram provenientes a partir do conhecimento de plantas, que estavam interiorizados nos mosteiros. Portanto, uma série de plantas ditas como aromáticas e com propriedades de cura, eram germinadas nos jardins dos mosteiros de forma que poderiam ser empregadas nos enfermos (Rosen, 1994, p.53).

Os centros urbanos medievais são pensados como espaços em que reinava uma espécie de anarquia sanitária, evidentemente as condições higiênicas do período não dispunham de saberes bacteriológicos e nem sequer havia a concepção de assepsia ou antisepsia. No entanto, por tentativa e erro uma série de práticas foram sendo estabelecidas, essas alicerçadas pelos órgãos sensoriais, de forma que regras e tradições que visavam um certo “mínimo” de sobrevivência foram ganhando corpo (Smith, 2007, p. 174).

Esses aspectos foram revelando um novo grau de exigência sanitária que foi sendo estabelecido por volta do ano 800. d.C. com a consolidação império carolíngio, é possível notar o crescimento urbano e a consolidação de rotas fixas de comunicação e disseminação de materiais. Com isso, é possível notar que o uso de aromatas, como mirra e frankincenso, se tornam mais comuns como via de tornar o espaço seguro, além de que os banhos termais se tornaram cada vez mais comuns como via de garantir higiene e também como prática terapêutica (Smith, 2007, p.174-182).

As práticas de saúde e de higiene foram sendo compiladas em meio à *Regimes de Saúde*, esses documentos medievais serviam como guias para físicos médicos elaborarem tratamentos para os enfermos, mas também para estabelecer práticas que mantinham o estado de saúde. Esses documentos serviram também na Baixa Idade Média como fontes para o planejamento de regras que mantivessem a higiene do espaço urbano, isso por meio de uma série de normativas sanitárias (Smith, 2007, p.176).

No decorrer da Alta Idade Média os pressupostos teóricos que moviam essas intenções se baseavam em elementos do humorismo, que estava contido em fragmentos de fontes hipocrático-galênica que vinham da Antiguidade e continuavam sendo copiadas e compiladas, ao lado de elementos teóricos da própria teologia cristã. Em grande medida o temor diante dos odores nauseabundos era o critério de tolerância diante dos resíduos

fétidos, sendo esse traço um mobilizador das práticas de higiene (Campos, 2020).

Esse cenário foi se alterando entre os séculos X e XII a elaboração do clássico *Burgos*, que seriam as cidades medievais clássicas com suas muralhas, castelos e catedrais, modelo bem disseminado em meio ao imaginário popular, se consolida nesse período. O que levou à tal condicionamento foram uma série de motivos na realidade, a primeira questão que deve ser levantada é a dimensão que a população europeia cresceu rapidamente entre os anos 900 e 1200 d.C. Esse processo se deu em grande medida pela diversificação de produtos agrícolas utilizados para a base alimentícia, além de que, as técnicas e tecnologias agrárias passaram por mudanças ampliando a produtividade. Muitos núcleos urbanos que antes se resumiam à pequenos espaços murados com seus monastérios centralizados, ampliaram largamente suas populações de tal maneira que se compunham em cidades nascentes (Rosen, 1994, p.53).

É preciso levantar a dimensão que a revolução carolíngia deu espaço à novos centros de produção de conhecimentos que foram as catedrais, esses centros de fé tiveram mais destaque no século XI, no entanto, eles tiveram atuação desde o final do século IX. Essas instituições são interessantes pelo fato de que elas surgiram no processo de urbanização da Idade Média central (900 – 1200 d.C.), portanto, elas têm uma configuração díspar dos monastérios. Se os monastérios uniam as condições rurais dos camponeses que lhes cercavam ao lado de aspectos urbanos de pequena escala, as catedrais tinham uma vocação direcionada à vida cidadina (Rosen, 1994, p.54).

O processo de crescimento populacional se concentrou na Alta Idade Média no campo, no entanto, entre os séculos VI e XII ocorreram invasões de territórios cristãos que partiram de diferentes frentes. A mais antiga foi aquela que se deu pelos califados mouros a partir do norte da África que acabaram por conquistar quase a totalidade da península ibérica, a região de Malta e também o Chipre. Entre os séculos IX e XI povos escandinavos de origem dinamarquesa, norueguesa e sueca realizaram uma série de incursões que se espalharam de oeste à leste da Europa (Rosen, 1994).

Por fim, entre os séculos XI e XII nota-se a invasão da Europa oriental por parte de povoados Magyares que residiam na região da atual Hungria. As diferentes frentes de invasão levou à acentuação de dois processos que já vinham ocorrendo desde o século VIII. Um deles foi a amplificação das muralhas a partir do século X, o segundo foi o fato de que parte da população camponesa passou a residir no interior dessas muralhas, levando ao crescimento da população cidadina, assim como, o aumento da densidade populacional desses espaços (Rosen, 1994, p.54).

O aumento populacional e o exôdo rural fomentou à busca por incremento de produtividade rural, se por um lado nota-se as mudanças técnicas citadas, pensa-se também numa mudança de relação com a própria natureza. Se na Alta Idade Média nota-se uma relação com o espaço natural onde os indivíduos buscavam adequação ao cenário já estabelecido, no decorrer dos séculos XI, XII e XIII a relação com os biomas existentes

se alterou largamente, a natureza agora deveria ser subjugada em prol da possibilidade de sobrevivência do grupo (Aberth, 2013, p.30).

Os centros citadinos drenaram uma série de pântanos devido aos temores dos vapores corruptos e putrefatos que ameaçavam a saúde populacional e, além disso, nota-se que florestas foram derrubadas para que madeira fosse obtida para a elaboração de edificações urbanas, assim como, esses novos espaços poderiam ser utilizados para expandir, principalmente, o arado da terra, garantindo maiores retornos produtivos para a alimentação (Aberth, 2013, p.30).

Esses anos de transição levaram à cristalização de novas cidades que antes eram pequenos redutos urbanos com uma população majoritária camponesa, portanto rural. Essa vida citadina consolidada veio acompanhada da monetarização da economia como via de trocas de produtos e serviços, ademais, pensa-se que as muralhas ditavam os limites físicos da cidade, portanto o aumento populacional significava aumento da densidade (Rosen, 1994, p.54).

O crescimento urbano na França, Inglaterra, Itália e Alemanha partia de um núcleo adensado centralizado na catedral ou no palácio do governante e dele ocorreram crescimentos horizontais até os limites das muralhas. Com o contínuo crescimento urbano é interessante notar que nos séculos XIII e XIV, isso antes da peste negra, ocorreram processos de verticalização, onde antigas edificações receberam novos níveis (Pereira, 2005, p.100).

Esse processo aparenta se encaixar bem para a Europa central e ocidental, mas esse não foi o caso que se deu em partes de península Ibérica, principalmente quando se pensa em Portugal, visto que, nesse caso o espaço intramuros das cidades lusitanas não cresceram com um ordenamento orgânico, pois ao que tudo aparenta o crescimento se dava por meio de loteamentos. A gestão central escolhia um espaço, como uma espécie de lote e nesse terreno eram elaboradas edificações adensadas, já verticalizadas e que iam até o limite da muralha. Isso significa que o espaço do interior da muralha se mantinha com lotes adensados, acompanhados de vazios geográficos que poderiam ser ocupados futuramente. Isso significa que o crescimento urbano e populacional nas cidades lusitanas do século XIII se deram por meio de um planejamento que já visava a cidade adensada (Pereira, 2005, p.100).

O processo de crescimento da população urbana por si só ampliava a produção e disseminação de resíduos no interior do espaço citadino. No entanto é preciso fazer um outro movimento e considerar outro fator que incidiu no aumento da proliferação de dejetos fétidos nesse espaço entre os séculos XII e XIII. O aumento populacional das cidades ocorreu em grande medida devido ao processo de exôdo rural. Isso significa que continuamente uma série de indivíduos que tinham nascido, e portanto possuíam hábitos rurais, passaram a residir no interior das muralhas (Pereira, 2005, p.101). Esses indivíduos mantinham animais em seus quintais ou no interior de edifícios, além de que tinham pouco

regramento diante de como lidar com os excrementos e sujeiras. O espaço urbano ganhava novos contornos atingindo novos aspectos de insalubridade (Rosen, 1994, p.54).

É preciso elucidar aqui que regras de limpeza e práticas voltadas à higiene do espaço urbano sempre existiram desde o princípio da Idade Média. Tais práticas antigas eram entendidas como suficientes para se lidar com os elementos pútridos do cotidiano. O aumento populacional não era visto como fator de complicação entre os séculos XI e XII. Esse aspecto se tornou complexo a partir do século XIII, quando a cidade atingiu seus limites horizontais e acabou entrando em uma dinâmica de verticalização (Pereira, 2005, p.101).

É interessante notar que essa percepção de uma realidade “insalubre” não era um traço do imaginário popular. Esses indivíduos que vieram do campo estavam habituados com os excrementos, com as carcaças e com o podre. Isso significa dizer que a tolerância desse grupo neocidadino era mais profunda do que dos antigos cidadãos e eles nem sequer consideravam que os odores pútridos poderiam de alguma serem danosos. Essa percepção vinha na realidade de uma elite letrada, sendo um aspecto imposto de cima para baixo e com pouca adesão popular (Pereira, 2005, p.101).

Essas percepções se averaram no século XIV e uma série de intentos de limpeza partindo dos mandatários municipais passam a serem organizados (Rosen, 1994, p.56). Uma série de *Regimes de Saúde* que vinham sendo produzidos e disseminados desde o começo da Idade Média serviram como fontes da organização de editos, leis e processos que visavam a organização da salubridade medieval. Esses materiais privilegiavam o olfato como sentido fiscalizador, além de que colocavam os odores putrefatos como aqueles de grande risco, sendo eles manifestação da corrupção, aspecto esse que poderia desencadear o equilíbrio humoral caso o indivíduo entrasse em contato com essa matéria (Sotres, 1998, p.318).

A corrupção poderia partir de diferentes elementos da natureza, mas suas principais formas de propagação se davam pela água e pelo ar. O próprio odor em si se disseminava por essas duas matérias. Os processos que levavam à corrupção da matéria eram variados podendo eles serem naturais ou antinaturais. Independente da causa que gerou a origem da corrupção, é preciso destacar que no século XIV, com a diminuição da tolerância, da elite cidadina, em relação aos elementos putrefatos, os cuidados diante dos ares e das águas se ampliaram. Uma série de práticas relacionadas à preservação das fontes de água e cuidados com os ares, como a queima de incensos e uso de óleos aromáticos, se tornaram processos ativos do cotidiano das cidades, como forma de proteger a saúde (Robinson, 2020, p.92-94).

Tais práticas não caíram em desuso no decorrer da Era Moderna. O acontecimento traumático da tragédia que foi a peste bubônica fez com que as camadas populares criassem dúvidas diante dos elementos médicos estabelecidos. Isso porque a medicina do século XIV não conseguiu dar respostas à alta mortalidade que avassalou o continente.

Esse episódio duradouro abalou a posição relevante do corpo médico medieval. Isso não significa que as práticas sanitárias e higiênicas foram deixadas de lado. Mas sim que o prestígio foi reestabelecido apenas na entrada da Era Moderna (Rosen, 1994, p.71).

O século XVI foi um período de grandes mudanças intelectuais, religiosas, ideológicas e organizacionais na Europa. O espaço urbano não passou ileso nesse processo. É preciso situar que no século XVI as monarquias nacionais que tinham se organizado nos séculos XII e XIII passaram a buscar vias de consolidar de fato seus poderes. As monarquias absolutas que se formam dependiam de suas cortes para exercerem seus poderes, que eram justificados como de origem divina. Tais monarcas passaram a encarar seus espaço territoriais como horizontes de exercício dos seus poderes. Era preciso então escolher uma sede do poder central, sendo então aí o surgimento das capitais (Argan, 2001, p.71-73).

As cidades que compunham esse amplo espaço, que era nesse momento o Estado Moderno, tinham em sua maioria longevidade que datava ao menos da Idade Média central, isso se não fossem até mesmo anteriores. Isso significa que tais locais dispunham de infraestrutura herdada do medievo. A escolha de um desses centros como a capital acabou por modificar profundamente a estrutura organizacional dessa cidades escolhida. As estreitas passagens deram espaço à ruas mais largas que serviriam para as carroças. Uma série de antigos castelos foram remodelados para servirem como palácios renascentistas ou barrocos mais luxuosos, o sistema de esgoto foi amplificado e práticas sanitárias foram proliferadas como via de manter o espaço urbano limpo e mais distante de odores nauseabundos, que apesar dos esforços ainda se mantinha presente na realidade urbana (Argan, 2001, p.75-76).

O que se tem sendo planejado no século XVI são cidades-capitais que eram vislumbradas como espaços adequados aos seus monarcas e suas cortes. Essas condições diziam respeito às intenções desses monarcas que se entendiam como figuras de grande poder. Portanto era necessário que eles habitassem espaços à altura de seus poderes. Nos séculos XVII e XVIII uma série de outros centros que não eram capitais foram incorporando essas medidas como forma de se equipararem aos primeiros (Argan, 2001).

É nesse sentido que se observa a marcha de mudanças que foi aos poucos alterando a configuração imagética do centro medieval, ou seja, um centro adensado, amuralhado e compacto para uma nova caracterização: As muralhas foram sendo demolidas para se ampliar a circulação da cavalaria e carroças; Uma série de casas construídas de forma “empilhada” foram substituídas por edificações de três andares que tinham essa formação desde o princípio; Os sistemas de esgoto e arejamento foram moldados de forma que os odores puderam se dispersar mais, diminuindo os cheiros pútridos. A cidade europeia da Era Moderna se construía sobre as heranças medievais e se configurava então como centro de configuração inédita (Argan, 2001, p.87-88).

Apesar das grandes mudanças urbanas, as práticas de higiene se modificaram intensamente de fato no século XVIII. Os critérios de tolerância olfativa atingiram um mínimo

inédito de tal forma que a realidade putrefata que existia não seria mais permitida (Pereira, 2005, p.122). Os vapores corruptos e pútridos do medievo passaram a ser entendidos como miasmas desde o século XVII. Isso significa que essas substâncias vaporosas passaram a ser delimitadas como gases e eles não seriam meramente danosos, mas sim tóxicos. As fontes se tornaram múltiplas. As fossas deveriam ser drenadas e lacradas. As águas nunca deveriam estar paradas, sempre se apresentando em movimento. Os ares pútridos deveriam ser combatidos com recursos aromáticos químicos. Os resíduos deveriam ser levados cada vez mais distantes das cidades. E os cemitérios deveriam ser reorganizados e colocados distantes do centro, sendo levados para as periferias ou até mesmo fora dos limites citadinos (Corbin, 1987, p.53).

O século XVIII foi outro momento onde a paisagem urbana foi sendo novamente modificada. Uma série de espaços que eram dispostos no centro das cidades, como feiras, açougues, cemitérios e fossas foram levados para seus limites. A caracterização da cidade medieval perdia seus contornos mais uma vez, e suas heranças se tornavam cada vez menos presentes, ao menos em materialidade (Corbin, 1987, p.67). O século XIX, principalmente a partir das reformas higienistas e abruptas de Georges-Eugène Haussmann em 1853, abria espaço para uma nova leva de mudanças na paisagem urbana, que dessa vez abriram espaço para a “cidade do progresso”. É nesse momento que os elementos medievais se tornam limitadíssimos e os contornos medievais se tornam mais semânticos e simbólicos do que de fato materiais e concretos. O aspecto mais marcante que se tinha de herança do começo do medievo e que se manteve em pensamento e atividade no século XIX foram os riscos pensados sobre os odores pútridos e a relação desses com a proliferação de doenças e os perigos para o espaço citadino.

CONCLUSÃO

A partir dessas discussões compreendemos a definição de cidade como objeto de estudo histórico, apontamentos acerca da História Urbana e como ela se inseriu como um campo, em busca de se consolidar como um estudo sobre as cidades e a identidade urbana ocidental, possuindo uma metodologia própria que à da legitimidade no campo da historiografia. Foi possível perceber que houve muitas discussões conflituosas acerca da História Urbana, especialmente quando o assunto é determinar se um amontoado de pessoas ou um agrupamento seria suficiente para definir um espaço como cidade ou se a própria cidade é quem criou a ideia de agrupamentos, com limites geográficos.

Considerando os textos abordados, não podemos deixar de compreender primeiro que o surgimento das cidades europeias contou com os impulsos urbanos durante a Baixa Idade Média e segundo que houveram muitos elementos que contribuíram para a criação e morfologia das cidades, como apresentando, por exemplo, por Menjot e Boucheron (2005) como diferentes meios de controle social, econômico, político e ideológico e as guerras.

Como apresentado anteriormente podemos citar também novamente a Simona Cerutti e seu estudo sobre as corporações de ofícios em Turim nos séculos XVII e XVIII.

Todos os textos trabalhados buscaram alcançar a compreensão do surgimento das cidades, bem como seu próprio conceito dentro da historiografia, tendo apresentado as classificações e categorias historiográficas mais comuns para falar sobre o objeto cidade e os esquemas representativos usados. Além disso, compreendeu-se, pela contribuição de vários pesquisadores, dentre eles Richard G. Roses em “Uma história da saúde pública” e Alain Corbain em “Sabores e odores: olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove” que as práticas de saúde e de higiene foram sendo compiladas em meio à Regimes de Saúde que serviam como guias para os físicos e médicos.

REFERÊNCIAS

ABERTH, J. **An Environmental history of the middle ages: the crucible of nature.** 1 ed. Nova Iorque: Routledge, 2013.

ARGAN, G.C. **Imagem e Persuasão: Ensaio sobre o Barroco.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de. **Higiene pública e privada na Idade Média: contributos e documentos sobre estruturas sanitárias em Coimbra (séculos XII-XV).** Estudo Geral- Repositório Científico da UC. Disponível em:< https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/96891/1/CAMPOS2020_higiene_publica_e_privada.pdf>. Acesso em: 04 Out. 2023.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores: O olfato e o Imaginário Social nos Séculos Dezoito e Dezenove.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GARNIER, Florent. **“Livres de comptes, memoire et identité urbaines dans le Midi de la France au Moyen Âge”.** In: GILLI, Patrick; SALVATORI, Enrica (Ed.). *Les identités urbaines au Moyen Âge: regards sur les villes du Midi français: actes du colloque de Montpellier 8-9 décembre 2011.* Turnhout: Brepols, 2014, p. 21-39.

HOHENBERG, Paul M.; LEES, Lynn H. **“Introduction: urbanization in perspective”.** In: *The making of urban Europe, 1000-1950 (Harvard studies in Urban History).* Cambridge/London: Harvard University Press, 1985, p. 1-13.

JANSEN, Harry. **“Wrestling with the Angle: On Problems of Definition in Urban Historiography”.** In: *_____The Construction of an Urban Past: Narrative and System in Urban History.* Oxford/ New York: Berg, 2001, p. 31-59.

JANSONS, H.W.; JANSONS, A.F. **Iniciação à História da Arte.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEPETIT, Bernard. **“A cidade moderna na França. Ensaio de história imediata”.** In: *_____Por uma nova história urbana. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; tradução Cely Arena.* São Paulo: EdUSP, 2016, p. 45-85.

MENJOT, Denis; BOUCHERON, Patrick. **O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano.** In: CARVALHO, Margarida M. de; LOPES, Maria A. de S.; FRANÇA, Susani S. L. (orgs.) *As cidades no tempo.* Franca: UNESP, São Paulo: Olho d'Água, 2005, p. 17-36.

PEREIRA, M.R.M. **Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista.** *Topoi*, V.6, N.10, p.99-142, 2005.

ROBINSON, K. **The Sense of Smell in The Middle Ages: A Source of Certainty.** 1 ed. Nova Iorque: Routledge, 2020.

RODGER, Richard. ***Urban History: prospect and retrospect.*** *Urban History*, April 1992, v. 19, n. 1, p. 1-22.

ROSEN, Richard G. **Uma História da Saúde Pública.** 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1994

SMITH, V. **Clean: A history of personal hygiene and purity.** 1 ed. Londres: Oxford University Press, 2007.

SOTRES, P.G. **The Regimens of Health.** In: GRMEK, M.D.; FANTINI, B.; SHUGAAR, A. *Western Medical Thought from antiquity to The Middle Ages.* 1 ed. New York: Harvard University Press, 1998, pp.291-318.